

# DECRETO Nº 30.251 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1983

(Publicado no Diário Oficial de 28/12/1983)

**Altera a redação de dispositivos do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, e da outros providencias.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições,

## DECRETA

**Art. 1º** Os dispositivos do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, aprovado pelo Decreto nº 28.596, de 30 de dezembro de 1981, adiante transcritos, passam a vigorar a seguinte redação:

“Art. 33 .....

§ 1º O termo de início de fiscalização válido por 30 (trinta) dias, prorrogável por iguais períodos consecutivos desde que justificado o prosseguimento dos trabalhos e mediante autorização por escrito da chefia imediata, conterà o dia e hora do início do procedimento fiscal, a indicação dos elementos solicitados para a consecução da fiscalização e outros fatos que esclareçam o teor e a determinação do trabalho a ser executado.

Art. 48 Após o parecer conclusivo do Procurador Fiscal, que será emitido no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável a critério do Diretor da Procuradoria Fiscal, o processo será encaminhado ao Conselho da Fazenda – CONSEF para, mediante sorteio, ser distribuído ao relator.

Art. 103 .....

I - pelos Delegados Regionais da Fazenda, nos parcelamentos em até 10 parcelas mensais;

II - pelo Promotor Público, que representar a Fazenda Estadual, em até 10 parcelas mensais;

III - pelo Diretor do Departamento de Administração Tributária, em até 20 parcelas mensais;

IV - pelo Diretor da Procuradoria Fiscal, em até 20 parcelas mensais, quando se tratar de débito inscrito na Dívida Ativa em fase de cobrança amigável ou judicial”.

**Art. 2º** O inciso I, do artigo 106 do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, aprovado pelo Decreto nº 28.596, de 30 de dezembro de 1981 e alterado pelo Decreto nº 29.504, de 04 de março de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 106 .....

I - as parcelas serão vencíveis, mês a mês, e o pagamento da primeira parcela terá o seu vencimento no mês subsequente ao deferimento do pedido”.

**Art. 3º** Fica revogado o inciso V do artigo 103 do mencionado regulamento.

**Art. 4º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

1983, **PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA**, em 27 de dezembro de

**JOÃO DURVAL CARNEIRO**  
Governador

Benito Gama Santos  
Secretário da Fazenda